

## **Desenvolvimento Comunitário Gerando Cidadania em Comunidades da Região Semi-árida do Nordeste Brasileiro**

SANTOS, J. A. Trajano dos. UFPB/CCA, trajano\_areia@hotmail.com; SANTOS, Djail. UFPB/CCA, santosdj@cca.ufpb.br; SOUZA, Tancredo. A. F. De, UFPB/CCA,; CARMONA, Marcos, COEP, marcos@coepbrasil.org.br.

### **Resumo**

Atendendo solicitação do Comitê Nacional de Entidades no Combate a Fome pela Vida – COEP – junto a EMBRAPA Algodão, foi criado em 2000 o Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania. O Projeto foi implantado no Assentamento Margarida Maria Alves I, localizado no município de Juarez Távora-PB, tendo como objetivo o desenvolvimento comunitário, a geração de emprego e renda, bem como o desenvolvimento do capital humano, valorizando a cultura local e o associativismo, na busca pela libertação do individualismo, prática comum nas comunidades da região. Em parceria com a FINEP, foi adquirida e instalada uma mini-usina de descaroçamento de algodão, capacitação e acompanhamento das atividades agrícolas, além de entrega e repasses de matrizes de caprinos e ovinos. Além dos atores locais, participaram dos trabalhos um coordenador técnico da EMBRAPA Algodão, dois bolsistas do CNPq, sendo um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola.

**Palavras-chave:** Inclusão Social, Extensão, Transição Agroecológica.

### **Contexto**

A pobreza, o analfabetismo e a falta de conhecimentos básicos sobre inovações tecnológicas, acesso a políticas públicas e saúde, dentre outros, são comuns em comunidades do semi-árido nordestino, fazendo com o Comitê de Entidades no Combate a Fome pela Vida – COEP – buscasse junto aos parceiros, viabilizar a execução de ações capazes de minimizar os efeitos causados por tais fatores negativos, através da criação de projetos de desenvolvimento comunitário. O objetivo é minimizar o sofrimento das comunidades contempladas com suas ações, proporcionando melhor qualidade de vida a pessoas, excluídas de uma sociedade que se mostra quase sempre, egoísta e alheia ao sofrimento do próximo.

As condições de vida dos agricultores de base familiar do semi-árido nordestino estão muito aquém da realidade encontrada em outras regiões brasileiras o que torna a vida dos que habitam esta região um verdadeiro desafio, exigindo que, a cada dia, a batalha pela sobrevivência tenha seu início, na maioria das vezes, antes do nascer do sol.

Este projeto teve como objetivo melhorar as condições de vida de agricultores e agricultoras de base familiar das comunidades, com ênfase no aumento da renda das famílias, despertando nestas a consciência associativista como alternativa para superar os problemas causados por fatores internos e externos a comunidade.

### **Descrição da Experiência**

A seleção da comunidade foi feita obedecendo alguns critérios como posse pacífica da área, via de acesso, aptidão agrícola para a cultura do algodão, existência de associação comunitária, energia elétrica trifásica, sendo este último devido à necessidade de implantação da mini-usina contemplada no projeto. O processo de seleção teve início com visitas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR – e a EMATER local, que fizeram indicações de algumas comunidades de acordo com os critérios estabelecidos.

## Resumos do VI CBA e II CLAA

Várias comunidades foram visitadas no sentido de encontrar uma que se enquadrasse dentro do nosso objetivo. Na ocasião da visita, foram realizadas reuniões nas quais se apresentou o projeto, mostrando de forma clara o papel da equipe técnica bem como o da comunidade. Ao final de cada reunião, era perguntado se a comunidade tinha interesse na execução do projeto e para surpresa da equipe, várias comunidades que de início foram consideradas interessantes se manifestavam contrárias no final, seguindo-se para outra comunidade. Ao final das visitas, selecionou-se, dentre as que demonstraram interesse, aquela que mais se aproximou dos critérios pré-estabelecidos.

Foi selecionada a Comunidade do Assentamento Margarida Maria Alves I, localizado no município de Juarez Távora, mesorregião Agreste da Paraíba, inserida no semi-árido do nordeste brasileiro. As atividades tiveram início no ano de 2000 e continuam em execução, sendo que, devido ao êxito alcançado, foram replicadas para mais de 36 novas comunidades distribuídas nos estados da Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

A maior resistência das comunidades durante a seleção foi em relação ao cultivo do algodão. A cultura ficou desacreditada na região depois do aparecimento da praga do bicudo (*Anthonomus grandis Bohemam*) o que aumentou provocou elevados custos com inseticidas, diminuiu a produtividade, trouxe sérios danos a saúde de vários agricultores, além do baixo preço oferecido pelos atravessadores, a quem os agricultores eram obrigados a vender toda sua produção.

A criação de pequenos animais também foi uma ação de grande êxito dentro da comunidade. Foram distribuídas 24 matrizes sem raça definida (SRD) de ovinos e um reprodutor puro de origem (PO) da raça Santa Inês com a finalidade de melhorar o rebanho. Foram contempladas 8 famílias com três matrizes cada, sendo que os contemplados se comprometeram a repassar as três primeiras crias fêmeas para outra família da comunidade já inscrita no programa, beneficiando assim toda a comunidade e fortalecendo o associativismo.

Participaram das ações um coordenador técnico, pesquisador da EMBRAPA Algodão, um Coordenador do CÔEP Nacional, dois bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – sendo um engenheiro agrônomo e o outro técnico agrícola, um professor da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – coordenador do projeto Universidade Cidadã, e os atores locais.

### Resultados

O beneficiamento do algodão foi, sem dúvida, um grande avanço para os agricultores de base familiar da comunidade. Anteriormente, eles eram obrigados a vender toda sua produção para atravessadores da região por um preço que não cobria os custos. Com o beneficiamento foi agregado valor ao produto, deixando de vender o algodão em caroço e sim em fardos de pluma direto para a indústria têxtil, eliminando a figura danosa do atravessador. Outra vantagem foi em relação aos caroços resultantes do beneficiamento, que foram aproveitados para ração animal, por ser uma rica fonte de proteína, sendo fornecidos no período de estiagem quando a pastagem natural é escassa.

Deve-se observar que não bastava apenas beneficiar o algodão e conseguir um lucro maior, era necessário mudar a forma tradicional de cultivo na qual os inseticidas eram usados em larga escala, aumentando os custos, prejudicando o meio ambiente e a própria saúde dos agricultores que aplicavam os produtos sem orientação técnica e/ou equipamento de proteção individual (EPI).

A equipe do projeto teve a oportunidade de conhecer a experiência do Assentamento Queimadas, localizado no município Remígio-PB, o qual conta com apoio técnico da ONG Arribaça que

## Resumos do VI CBA e II CLAA

trabalha incentivando a comunidade ao não uso de inseticidas, o que permite a produção de algodão orgânico e conseguindo assim, vender o produto por um preço justo. Foi feita uma articulação para que as ações do COEP também contemplassem aquela comunidade e, assim, fortalecer os laços entre as instituições e as comunidades.

Em 2006 foi realizada uma reunião no Assentamento Margarida Maria Alves I, no sentido de começar um trabalho de transição agroecológica do cultivo do algodão na comunidade. Foram muitas as dificuldades, pois os agricultores não acreditavam na possibilidade de produzir algodão sem veneno devido à terrível praga do bicudo. Diante deste fato, mudamos a metodologia levando agricultores do Assentamento Queimadas que cultivam algodão orgânico para relatar suas experiências. De início, houve certa resistência, mas o diálogo foi ficando mais fácil, porque não era mais a figura do técnico que estava a frente da platéia e sim um agricultor igual a eles.

No ano seguinte foi plantada uma área coletiva de 4 hectares de algodão sem aplicação de produtos químicos, com o acompanhamento de técnicos do COEP e da Arribaça e inspeção por técnicos do Instituto Brasileiro de Biodinâmica (IBD). Os resultados foram os melhores possíveis, a produtividade obtida aumentou em relação ao ano anterior e os custos foram reduzidos.

O preparo do solo e as capinas foram realizados com auxílio de um cultivador a tração animal. A colheita foi toda manual e o beneficiamento se deu em uma mini-usina (Fig. 1), composta por um descaroador de 50 serras, sendo possível a separação da pluma do caroço e uma prensa hidráulica que permite a confecção de fardos de até 120 kg, ideal para a indústria têxtil.



FIGURA 1. Beneficiamento do algodão produzido na transição agroecológica. Assentamento Margarida Alves I, Juarez Távora-PB. Fonte: José Aderaldo.

Por se tratar de uma área coletiva, as atividades foram realizadas em mutirão nos dias e horários previamente definidos pela comunidade. Na execução dos trabalhos participaram agricultores e agricultoras bem como seus filhos, na maioria jovens estudantes, dando sua contribuição de acordo com a disponibilidade de tempo (Fig. 2).

## Resumos do VI CBA e II CLAA



FIGURA 2. Agricultoras e agricultores colhendo a primeira safra de algodão produzido na transição agroecológica, Assentamento Margarida Alves I, Juarez Távora-PB. Fonte: José Aderaldo.

A comercialização foi feita diretamente para a indústria têxtil, que trabalha com a linha de produtos orgânicos sendo a renda, no caso da área coletiva, toda destinada ao capital da associação comunitária para ser usada posteriormente em obras em prol da comunidade, fortalecendo de forma significativa a prática do associativismo.

A pluma, que era comercializada a R\$ 2,22/kg passou a R\$ 4,00/kg durante o processo de transição e hoje, certificada como orgânica, chega a ser vendida a R\$ 6,00/kg, o que representa um ganho significativo para os agricultores e para o meio ambiente.

Houve um fato que chamou a atenção, o Sr. Biu Bastião, agricultor tradicional da comunidade, não acreditou que seria possível produzir algodão sem o uso de veneno. Fez aplicação de veneno assim que viu a primeira flor caída sobre o chão e, para sua tristeza, obteve uma produtividade inferior à da área coletiva, em sucessão agroecológica e ainda comercializou sua produção pela metade do preço obtido na área de transição. Desapontado, perguntou se não havia como vender sua produção juntamente com a que não houve uso de veneno; foi explicado para ele o processo da sucessão agroecológica e até onde se tem conhecimento, nunca mais ele quis conversa com veneno.

A comunidade está satisfeita com as ações que foram e são desenvolvidas até hoje, as quais proporcionam melhor qualidade de vida para as famílias, através do aumento na renda familiar, do acompanhamento técnico valorizando o saber local e os benefícios proporcionados ao meio ambiente.